



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
PODER JUDICIÁRIO
SEGUNDA TURMA RECURSAL - PROJUDI

PADRE CASIMIRO QUIROGA, LT. RIO DAS PEDRAS, QD 01, SALVADOR - BA
ssa-turmasrecursais@tjba.jus.br - Tel.: 71 3372-7460

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
PROCESSO Nº: [0024287-97.2022.8.05.0080](#)
RECORRENTE: JOSEFA AMARINA PEREIRA DE ARAUJO

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO DOS SERV DA SAÚDE E AFINS DA ADM DIRETA DO EST DA BAHIA ASSEBA

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA ASTEBA

RECORRIDO: JOSEFA AMARINA PEREIRA DE ARAUJO

RECORRIDO: ASSOCIAÇÃO DOS SERV DA SAÚDE E AFINS DA ADM DIRETA DO EST DA BAHIA ASSEBA

RECORRIDO: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA ASTEBA

RECORRIDO: CITICRED SOLUÇÕES EM CRÉDITO EIRELI

RELATORA: JUÍZA MARIA LÚCIA COELHO MATOS

RECURSO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA (ART. 15, XI e XII, DO REGIMENTO INTERNO DAS TURMAS RECURSAIS E ART. 932 DO CPC). CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO AUTURAL DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL PERANTE A RÉ, SENDO INCLUÍDA COBRANÇA RELATIVA A MENSALIDADE DE ASSOCIAÇÃO NÃO AUTORIZADA. COMPROVAÇÃO PELAS RÉS DA REGULAR FILIAÇÃO À ASSOCIAÇÃO PELA ACIONANTE (EVENTOS 17 E 18). LICITUDE DAS COBRANÇAS. VENDA CASADA NÃO CARACTERIZADA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E IMPROVIDO. RECURSO DAS PARTES ACIONADAS CONHECIDOS E PROVIDOS.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos, etc.

O artigo 15 do novo Regimento Interno das Turmas Recursais (Resolução nº 02/2021 do TJBA), em seus incisos XI e XII, estabelece a competência do relator para julgar monocraticamente as matérias com entendimento sedimentado pelo colegiado ou com jurisprudência uniformizada, em consonância com o permissivo do artigo 932 do Código de Processo Civil.

Dispensado o relatório.

Presentes as condições de admissibilidade do recurso, dele conheço.

Trata-se de recurso inominado interposto em face da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido, nos termos abaixo:

Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais para:

I) Determinar que a parte Requerida se abstenha de efetuar qualquer cobrança a título de Mensalidade Valor – ASSEBA e Mensalidade Valor - ASTEBA, suspendendo os descontos em seu contracheque.

Defiro, nesta oportunidade, o pedido liminar para determinar o cumprimento da obrigação no prazo de 05 dias, a contar da ciência da presente, sob pena de multa fixa correspondente ao dobro do valor de cada parcela cobrada indevidamente a partir deste comando.

Em caso de descumprimento, deve a parte Autora comunicar a este Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de não ser computada a multa por prazo excedente.

II) Condenar solidariamente os acionados ASSOCIACAO DOS SERV DA SAUDE E AFINS DA ADM DIRETA DO EST DA BAHIA ASSEBA, e CITICRED SOLUCOES EM CRÉDITO EIRELI ao pagamento da quantia de **R\$ 5.920,00 (cinco mil, novecentos e vinte reais) relativa aos valores pagos a título de Mensalidade Valor – ASSEBA**, já incluída a dobra legal, acrescida de juros (1% ao mês) desde a citação (artigo 405, CC) e correção (INPC) desde o desembolso (Súmula 43 do STJ).

III) Condenar solidariamente os acionados ASTEBA - ASSOC. DOS SERV. TECNICO-ADM E AFINS DO ESTADO DA BAHIA e CITICRED SOLUCOES EM CRÉDITO EIRELI ao pagamento da quantia de **R\$ 5.920,00 (cinco mil, novecentos e vinte reais) relativa aos valores pagos a título de Mensalidade Valor – ASTEBA**, já incluída a dobra legal, acrescida de juros (1% ao mês) desde a citação (artigo 405, CC) e correção (INPC) desde o desembolso (Súmula 43 do STJ).

Às preliminares de incompetência do Juízo por existência de cláusula de arbitragem e complexidade da causa já foram afastadas pelo magistrado sentenciante, nada de relevante havendo a acrescentar.

Alega a parte autora, que foi obrigada a associar-se às partes acionadas para ser beneficiada por empréstimos por ela concedidos, em nítida venda casada. Afirmar, ainda, que teve a sua desfiliação negada pela ré. Pretende, então, a suspensão das cobranças, a repetição em dobro do indébito referente às mensalidades pagas, bem como indenização por danos morais.

Em sua defesa a ré CITICRED, alega ser parte ilegítima para figurar como parte ré na ação, haja vista, foi apenas mera ponte entre a autora e as empresas, pois fornece apenas os serviços de soluções em crédito, não realizando nenhum desconto nos rendimentos de nenhum contratante.

Já as acionadas ASSEBA e ASTEBA alegam que houve contratação legítima dos empréstimos e da filiação, pugnando pela total improcedência da ação.

Analizados os autos observa-se que tal matéria já se encontra sedimentada no âmbito desta 2ª Turma Recursal, consoante precedentes de nº 0026414-85.2021.8.05.0001, 0159080-21.2019.8.05.0001 e 0002509-38.2020.8.05.0146, no sentido de que cabe à acionada comprovar a regularidade da contratação impugnada.

No caso em análise, observa-se que as partes rés comprovaram sua versão dos fatos, ao carrear o termo de filiação à Associação dos Servidores Técnicos Administrativos e Afins do Estado da Bahia (Asteba), em 06/03/2014, bem como Termo de filiação à Associação dos Servidores da Saúde e Afins da Administração Direta do Estado da Bahia (ASSEBA), em 01/07/2014, o que possibilitou a assinatura do contrato de auxílio financeiro perante as rés.

Nesse viés, não há abusividade na cobrança da taxa associativa a fim de concessão de empréstimo ao próprio associado, uma vez comprovada livre filiação do contratante, com especificação do valor da mensalidade associativa no momento da adesão, sendo demonstrado nos autos que tal adesão ocorreu justamente para que a promovente pudesse usufruir das vantagens conferidas unicamente aos associados.

Desse modo, constatado que a sentença não observou o entendimento já consolidado, a mesma deve ser reformada, a fim de julgar improcedentes os pedidos autorais.

Pelas razões expostas e tudo mais constante nos autos, **CONFIRO PROVIMENTO AO RECURSO DAS RÉS E NEGÓCIO PROVIMENTO AO RECURSO AUTORAL**, reformando a sentença vergastada, para julgar improcedentes os pedidos constantes na exordial, condenando a parte autora em custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ficando suspensa sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

MARIA LÚCIA COELHO MATOS
JUÍZA RELATORA